



Ministério Público do Estado de Alagoas
Procuradoria Geral de Justiça de Alagoas



7º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

2019

PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

SERVIÇO SOCIAL

LEIA COM ATENÇÃO

- 01** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02** Preencha os dados pessoais.
- 03** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 60 (sessenta) questões; se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 04** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha com quatro alternativas, apresentando uma só alternativa correta.
- 05** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
- 06** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de resposta.
- 07** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo: ●

A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.

- 08** Só marque uma resposta para cada questão.
- 09** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 10** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, atribuídos a todos os candidatos
- 11** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre os conteúdos das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 12** Não será permitido o uso de livros, códigos, anotações, outros materiais de consulta impressa ou em meio magnético, assim como: telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas. É vedado também o uso, durante a prova, de chapéu, boné, touca ou equivalente.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS

Nome _____

Identidade _____ **Órgão Exp.:** _____

Assinatura _____



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E

Língua Portuguesa

TEXTO 1

A história linguística da América Latina foi e é marcada por muita violência contra as populações não brancas, em todos os sentidos, dos massacres propriamente ditos, passando pela escravização e chegando aos dias de hoje com a exclusão social e o racismo.

No caso específico das línguas, as potências colonizadoras (Portugal e Espanha) se empenharam sistematicamente em impor suas línguas. As situações variam de país a país. Na Argentina, por exemplo, depois da independência, o governo traçou um plano explícito de extermínio dos indígenas, a chamada “Conquista do Deserto”, pagando em dinheiro às pessoas que levassem escalpos como prova do assassinato. Com isso, a população indígena da Argentina, principalmente do centro para o sul, desapareceu quase completamente, e com ela suas línguas.

No Peru e na Bolívia, a língua quéchua, que era uma espécie de idioma internacional do império inca, é muito empregada até hoje, havendo mesmo comunidades mais isoladas cujos falantes não sabem falar espanhol.

No Brasil, o trabalho de imposição do português foi muito bem feito, de maneira que é a língua homogênea da população. O extermínio dos índios fez desaparecer centenas de línguas: hoje sobrevivem cerca de 180, mas faladas por muito pouca gente, algumas já em vias de extinção.

Durante boa parte do período colonial, a língua mais usada no Brasil foi a chamada “língua geral”, baseada no tupi antigo, que os jesuítas empregaram para catequizar os índios. Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII e a proibição do ensino em qualquer língua que não fosse o português, a língua geral desapareceu. É uma pena que não tenhamos uma riqueza linguística como no México, que possui mais de 50 línguas diferentes, sendo que o nahua é falado por cerca de 1 milhão de pessoas. Ainda assim, essas minorias linguísticas no Brasil estão cada vez mais reconhecendo seus direitos e lutando por eles.

Quanto às línguas africanas no Brasil, elas não puderam sobreviver porque os portugueses tomavam cuidado para separar as famílias em lotes diferentes bem como os falantes de uma mesma língua, de modo que fossem obrigados a aprender o português para se comunicar entre si e com os brancos. Mesmo assim, as línguas africanas, sobretudo as do grupo banto, influíram fortemente na formação do português brasileiro, fazendo com que ele se tornasse o que é hoje, uma língua bem diferente do português europeu.

No Paraguai, como não houve expulsão dos jesuítas, a língua geral empregada por eles, o abanheenga (guarani), permanece até hoje como elemento importante da vida dos paraguaios, que são bilíngues em sua maioria: espanhol e guarani.

Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/node/5396>. Acesso em 17/05/19. Excerto adaptado.

01. Considerando o conteúdo global do Texto 1, assinale a alternativa que apresenta um título apropriado para ele.

- A) A imposição do português no Brasil
- B) Breve história do português brasileiro
- C) América Latina: breve história linguística
- D) Exclusão social e racismo na América Latina

02. Assinale a alternativa em que se apresenta a síntese da principal ideia do Texto 1.

- A) O quadro linguístico atual da América Latina foi desenhado com base em toda sorte de violência contra as populações não brancas.
- B) Na América Latina, as duas potências colonizadoras decidiram se unir, com o intuito de impor suas línguas às colônias.
- C) Especificamente no Brasil, a imposição da língua de Portugal foi feita de modo a tornar essa língua homogênea.
- D) As línguas africanas tiveram papel crucial para tornar o português brasileiro uma língua bem diferente do português europeu.

03. Há, no Texto 1, uma crítica, principalmente:

- A) à passividade das populações não brancas, que não lutaram contra a imposição de línguas estrangeiras.
- B) aos povos latino-americanos em geral, por terem permitido que várias línguas fossem extintas.
- C) ao modo desumano como as grandes potências colonizadoras impuseram suas línguas na América Latina.
- D) à colonização portuguesa no Brasil, responsável pelo desaparecimento das línguas africanas no País.

04. Podemos identificar uma relação de causalidade no seguinte trecho do Texto 1:

- A) “No Peru e na Bolívia, a língua quéchua, que era uma espécie de idioma internacional do império inca, é muito empregada até hoje”.
- B) “Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII e a proibição do ensino em qualquer língua que não fosse o português, a língua geral desapareceu.”
- C) “Durante boa parte do período colonial, a língua mais usada no Brasil foi a chamada “língua geral”, baseada no tupi antigo, que os jesuítas empregaram para catequizar os índios.”
- D) “... as línguas africanas, sobretudo as do grupo banto, influíram fortemente na formação do português brasileiro.”

05. Acerca das línguas africanas no Brasil, o Texto 1 nos informa que:

- A) no período colonial, elas foram importante veículo de comunicação entre os colonizadores e os colonizados.
- B) há ainda resquícios delas em algumas regiões do Brasil, sobretudo as línguas do grupo banto, cuja influência foi maior.
- C) o cuidado que os portugueses tiveram, de separar as famílias em lotes diferentes, foi fator decisivo para sua preservação.
- D) foi bem significativa a participação delas no processo que levou à distinção entre o português brasileiro e o europeu.

06. Releia: “Com isso, a população indígena da Argentina, principalmente do centro para o sul, desapareceu quase completamente, e com ela suas línguas.” (2º §). Com relação à referência dos termos “ela” e “suas”, assinale a alternativa correta.

- A) Ambos os termos se referem a “população indígena da Argentina”.
- B) O pronome “ela” se refere a “população”; o pronome “suas” tem referência restrita a “Argentina”.
- C) Tanto o pronome “ela” quanto o pronome “suas” se referem a “Argentina”.
- D) O pronome “ela” se refere a “Argentina”; o pronome “suas” faz referência ao segmento “do centro para o sul”.

07. Analise as relações de sentido apresentadas a seguir.

- 1) No trecho: “as potências colonizadoras (Portugal e Espanha) se empenharam sistematicamente em impor suas línguas”, o termo destacado pode ser substituído por “se preocuparam”, com manutenção do sentido.
- 2) O trecho “essas minorias linguísticas no Brasil estão cada vez mais reconhecendo seus direitos e lutando por eles.” preserva seu sentido original se o termo destacado for substituído por “envidando esforços”.
- 3) No trecho: “No Paraguai, como não houve expulsão dos jesuítas, a língua geral empregada por eles, o abanheenga (guarani), permanece até hoje.”, o termo destacado equivale a “prevalece”.

Está(ão) correta(s):

- A) 1, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

08. Acerca de aspectos sintáticos do Texto 1, analise as proposições abaixo.

- 1) Está em conformidade com a norma-padrão da língua a regência do verbo “pagar”, no trecho: “pagando em dinheiro às pessoas que levassem escalpos como prova do assassinato”. Segundo essa norma, a regência também estaria correta em: “pagando em dinheiro as pessoas que levassem escalpos como prova do assassinato”.
- 2) No trecho: “No Peru e na Bolívia, a língua quéchua, que era uma espécie de idioma internacional do império inca, é muito empregada até hoje”, o segmento destacado funciona como um aposto explicativo.
- 3) O trecho: “hoje sobrevivem cerca de 180, mas faladas por muito pouca gente” está conectado por coordenação.
- 4) No trecho: “É uma pena que não tenhamos uma riqueza linguística como no México”, temos um exemplo de sujeito oracional.

Estão corretas:

- A) 1, 3 e 4, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 2, 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.

09. A evidência de que o Texto 1 está escrito de acordo com o último Acordo Ortográfico está no fato de:

- A) a palavra “quéchua” ser grafada com acento agudo.
- B) a palavra “tupi” ser escrita sem o acento gráfico.
- C) a palavra “linguística” ser grafada sem o trema.
- D) a expressão “de país a país” ser escrita sem o hífen.

TEXTO 2

Acabar com o preconceito linguístico é uma coisa difícil. É preciso sempre que façamos a distinção entre preconceito e discriminação. O que nós temos que combater é a discriminação, ou seja, quando esse preconceito deixa de ser apenas uma atitude ou um modo de pensar das pessoas e se transforma em práticas sociais.

Primeiro é preciso reconhecer a existência do preconceito linguístico, conhecer os modos como ele se manifesta concretamente como atitudes e práticas sociais, denunciar isso e criar modos de combatê-lo.

Justamente pelo fato de o preconceito linguístico nas sociedades ocidentais ser derivado das práticas escolares, o grande mecanismo para começar a desfazer o preconceito linguístico, a discriminação linguística, está também na prática escolar. É muito importante que a escola, em sociedades letradas como a nossa, permita ao aluno esse processo do acesso ao letramento a partir de práticas pedagógicas democratizadoras, em que as variações linguísticas sejam reconhecidas como prática da cultura nacional, que não sejam ridicularizadas. E é claro que isso tem um funcionamento político muito importante, não só na escola, mas em toda a sociedade.

Por isso que no Brasil, um conjunto de linguistas e educadores está sempre atacando muito o preconceito linguístico e propondo práticas pedagógicas democratizadoras. Que a criança, ao chegar na escola falando uma variedade regional menos próxima do padrão, não seja discriminada. Nosso trabalho atualmente se centra muito na escola, nos materiais didáticos e na formação dos professores de português, para que não sejam eles mesmos perpetuadores do preconceito linguístico e da discriminação.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/5396>. Acesso em 17/05/19. Excerto adaptado.

10. O Texto 2 focaliza, principalmente:

- A) as práticas sociais.
- B) as práticas pedagógicas.
- C) as variações linguísticas.
- D) o preconceito linguístico.

11. Com o Texto 2, seu autor pretende, privilegiadamente:

- A) expressar seu ponto de vista acerca de um determinado assunto.
- B) divulgar resultados de pesquisa acadêmica, de forte impacto social.
- C) criticar determinado comportamento identificado entre os brasileiros.
- D) desafiar os educadores brasileiros a adotarem uma nova postura.

12. Na exposição de suas ideias, o autor do Texto 2 faz, principalmente, uma distinção entre:

- A) atitudes e práticas sociais.
- B) preconceito linguístico e práticas escolares.
- C) preconceito e discriminação.
- D) variedade padrão e variedade não padrão.

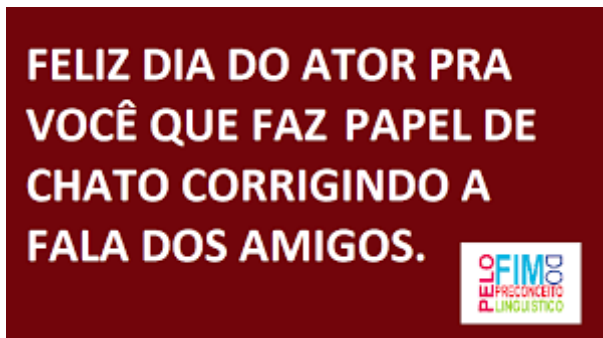
13. Assinale a alternativa em que as normas de concordância foram atendidas.

- A) Não se sabe ao certo se haverá menos preconceitos no futuro.
- B) Sem dúvida, devem-se evitar todos os tipos de preconceito.
- C) Atualmente, percebe-se várias atitudes que revelam discriminação.
- D) Antigamente, não era considerado discriminatório os preconceitos linguísticos.

14. No trecho: “Nosso trabalho atualmente se centra muito na escola, nos materiais didáticos e na formação dos professores de português [...]”, a vírgula é obrigatória, porque:

- A) isola um segmento de valor explicativo.
- B) separa termos de uma sequência.
- C) sinaliza completude das ideias expostas.
- D) introduz no trecho um adjunto adverbial.

TEXTO 3



Disponível em:

<https://www.facebook.com/PeloFimdoPreconceitoLinguistico>.

Acesso em 17/05/19.

15. O Texto 3 traz um ponto de vista, que pode ser assim parafraseado:

- A) Quem exige amigos que nunca errem na fala age como um ator.
- B) Merece aplausos aquele que está atento à fala dos amigos e os corrige.
- C) Entre amigos, a correção é não apenas necessária, mas também bem-vinda.
- D) Não cabem correções nos diálogos interpessoais informais.

Promoção da Igualdade Racial

16. Acerca do Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial, estabelecido pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação (1968), assinale a alternativa correta.

- A) Os membros do Comitê serão eleitos em votação aberta dentre uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes, para um mandato de quatro anos, com direito à recondução.
- B) Os membros do Comitê serão eleitos durante uma reunião dos Estados-partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, na qual o quórum será considerado a metade dos representantes dos Estados-partes presentes e votantes.
- C) Os membros do Comitê serão eleitos em votação secreta dentre uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes, para um mandato de 6 anos, sem direito à recondução.
- D) Os membros do Comitê serão eleitos durante uma reunião dos Estados-partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, na qual o quórum será estabelecido por dois terços dos Estados presentes e votantes.

17. Sobre os critérios estabelecidos pela Lei 12.990/2014, que reserva vagas oferecidas nos concursos públicos para candidatos negros autodeclarados de pretos ou pardos, assinale a alternativa correta.

- A) Os candidatos negros inscritos às vagas reservadas poderão ser classificados nas vagas destinadas para ampla concorrência, de acordo com a sua aprovação e classificação no concurso.
- B) Todos os candidatos inscritos para ampla concorrência concorrerão somente às vagas a eles destinadas, de acordo com sua aprovação e classificação no concurso.
- C) Os candidatos negros inscritos às vagas reservadas, mas aprovados dentro do número de vagas da ampla concorrência, serão considerados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
- D) Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, esta vaga será computada para preenchimento pelos candidatos de ampla concorrência, de acordo com sua aprovação e classificação no concurso.

18. Sobre as determinações previstas pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBN, assinale a alternativa incorreta.

- A) Tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e dos povos indígenas brasileiros nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.
- B) Definem que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional de Consciência Negra”.
- C) Tornam facultativo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos particulares, apesar de obrigatório para os estabelecimentos de ensino fundamental e médio oficiais.
- D) Estabelecem que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

19. No ano de 2018, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, considerou a constitucionalidade do decreto nº 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. É correto afirmar que este decreto:

- A) regulamenta os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento e delimitação das terras ocupadas, mas não trata dos procedimentos de demarcação e titulação dessas terras.
- B) define que a caracterização de remanescentes das comunidades quilombolas seja atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
- C) dispõe sobre os procedimentos administrativos exclusivamente para delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.
- D) reconhece a Constituição de 1988 como marco temporal para reconhecimento das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

20. Assinale a alternativa que não se aplica à Lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e estabelece os direitos fundamentais a serem reconhecidos pelo Estado brasileiro.

- A) O poder público garantirá o direito à saúde da população mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução dos riscos de doenças e de outros agravos.
- B) Na produção de filmes e programas destinados para veiculação pelas emissoras de televisão e salas de cinema, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros.
- C) O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas de promoção de igualdade nas contratações do setor público.
- D) O poder público promoverá os procedimentos administrativos de delimitação e reconhecimento de terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Conhecimentos Específicos

- 21.** Considerando o Código de Ética do/a assistente social, aprovado em 13 de março de 1993, um dos princípios fundamentais da profissão é:
- A) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na lei que regulamenta a profissão e no código de ética.
 - B) desempenho de suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
 - C) compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
 - D) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.
- 22.** De acordo com o artigo 6º do Código de Ética do/a assistente social, é vedado ao/à assistente social:
- A) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.
 - B) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do serviço social.
 - C) ser conivente com falhas éticas, de acordo com os princípios do código, e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional.
 - D) prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.
- 23.** Com base no artigo 5º da Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/93), são atribuições privativas do assistente social:
- A) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
 - B) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social, com participação da sociedade civil.
 - C) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
 - D) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social.
- 24.** A trajetória histórica do projeto ético-político do serviço social remonta à transição dos anos 1970 aos 1980, e tem como base:
- A) a recusa e a crítica ao liberalismo e neoliberalismo na profissão.
 - B) a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.
 - C) o reconhecimento das relações de exploração entre capital e trabalho.
 - D) o reconhecimento da profissão vinculada ao projeto societário libertador.
- 25.** Pensar os fundamentos sócio-históricos do serviço social nos remete a refletir as vertentes de análise no âmbito do movimento de reconceituação. Sobre a vertente modernizadora, é correto afirmar que:
- A) se caracteriza pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas (matriz positivista).
 - B) é inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade.
 - C) remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, aproximando-se da matriz teórica do marxismo.
 - D) prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos.
- 26.** O projeto ético-político do serviço social tem como núcleo:
- A) a garantia da efetivação das políticas e direitos sociais.
 - B) o compromisso com os valores humanistas e de superação da pobreza.
 - C) a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
 - D) o reconhecimento da liberdade como valor central.
- 27.** Com relação aos instrumentos técnicos do serviço social, podemos afirmar que o parecer social:
- A) é utilizado no meio judiciário como mais um elemento de prova, com finalidade de dar suporte à decisão judicial, a partir de uma determinada área do conhecimento.
 - B) consiste em um processo metodológico que tem por finalidade conhecer com profundidade e neutralidade uma determinada situação.
 - C) diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do serviço social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas.
 - D) se traduz na apresentação descritiva, interpretativa e neutra de uma situação, enquanto objeto de intervenção do serviço social, e tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão na área judiciária.
- 28.** A instrumentalidade no exercício profissional do/a assistente social refere-se:
- A) ao conjunto de instrumentos e técnicas utilizados para captar a realidade social dos sujeitos, entre eles a entrevista e o relatório social.
 - B) à capacidade investigativa de utilizar os vários instrumentos de pesquisa social com o objetivo de fomentar laudos e pareceres sociais.
 - C) a um determinado conjunto de teorias que mapeiam a realidade social dos sujeitos objetos de intervenção.
 - D) a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

- 29.** Os parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde “tem como finalidade referenciar a intervenção dos profissionais de Serviço Social na área da saúde”. As ações de educação em saúde contidas nos parâmetros devem:
- A) pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem à adesão do usuário ao tratamento e libertação da dependência dos profissionais de saúde, empoderando os sujeitos na condução do seu tratamento.
 - B) enfatizar o estudo das necessidades sociais através da realização de avaliação socioeconômica e identificar os entraves que impedem os sujeitos de compreender o processo saúde-doença.
 - C) possibilitar aos profissionais capacitação continuada, com vistas a garantir atendimento de qualidade aos usuários e compreensão do processo saúde-doença, em uma perspectiva preventiva e curativa.
 - D) ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura, enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas.
- 30.** A intervenção profissional dos/as assistentes sociais no Poder Judiciário, historicamente, tem-se dado em maior escala na justiça:
- A) eleitoral.
 - B) federal.
 - C) estadual.
 - D) trabalhista.
- 31.** “O estudo social é, historicamente, a maior demanda de atribuição ao/à assistente social no sociojurídico”. Na elaboração de um estudo social vinculado ao projeto ético-político da profissão, o/a assistente social deve:
- A) identificar os possíveis desajustamentos do indivíduo, de modo a explicá-los e propor respostas que visem restabelecer o direito violado.
 - B) identificar as expressões da questão social na situação analisada e indicar alternativas que vão além do indivíduo e de sua família.
 - C) ser estritamente fiel aos relatos dos indivíduos, diagnosticar possíveis condutas inadequadas e propor soluções.
 - D) ter sua construção pautada cientificamente, empiricamente comprovável e sem interferências ideológicas.
- 32.** Com base nos “Parâmetros para a atuação do(a) assistente social no sociojurídico”, assinale a alternativa que não é uma área de atuação do serviço social no Ministério Público.
- A) direito individual.
 - B) execução de serviços.
 - C) direito difuso e coletivo.
 - D) assessoria institucional.
- 33.** No âmbito da Justiça Comunitária, destacam-se como atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários:
- A) educação para os direitos, mediação de conflitos e planejamento.
 - B) fortalecimento comunitário, redução de danos e planejamento.
 - C) redução de conflitos, fortalecimento dos vínculos comunitários e redução de danos.
 - D) educação para os direitos, mediação comunitária e animação de redes sociais.
- 34.** Tem por objetivo “promover a democratização do acesso à justiça, restituindo ao cidadão e à comunidade a capacidade de gerir seus próprios conflitos de maneira participativa, autônoma e emancipatória”. Trata-se da:
- A) mediação comunitária
 - B) mediação de conflito.
 - C) educação popular.
 - D) justiça social.
- 35.** Na educação para os direitos, a dimensão preventiva contribui para:
- A) evitar violações de direitos decorrentes da ausência de informação.
 - B) refletir em que medida o direito posto é desdobramento das reais necessidades individuais ou comunitárias.
 - C) permitir que o cidadão compreenda como buscar, na via judiciária, a satisfação de suas necessidades sociais.
 - D) evitar os conflitos entre atores sociais.
- 36.** Das alternativas a seguir, qual não diz respeito às tendências da seguridade social na conjuntura atual?
- A) Políticas compensatórias de combate à pobreza e de caráter seletivo e temporário.
 - B) Privatização e mercantilização dos serviços sociais.
 - C) Politização e enfrentamento das desigualdades sociais.
 - D) Consolidação da figura do cidadão-consumidor.
- 37.** O capítulo II da Constituição de 1988 dispõe sobre a seguridade social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. Fazem parte do tripé da seguridade social:
- A) saúde, assistência social e os direitos sociais.
 - B) assistência social, previdência social e saúde.
 - C) trabalho, seguro social e saúde.
 - D) trabalho, previdência social e assistência social.

- 38.** Entre outros, são direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da constituição de 1988:
- A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, seguro desemprego e aposentadoria.
 - B) aposentadoria, irredutibilidade do salário e repouso semana remunerado.
 - C) amparo em situações de calamidade pública, saúde e férias remuneradas.
 - D) trabalho, educação e previdência social.
- 39.** O projeto neoliberal trouxe rebatimentos no enfrentamento das expressões da questão social, pois uma das suas diretrizes é a redução do papel do Estado, principal executor das políticas sociais. No contexto neoliberal, as políticas sociais são:
- A) focalizadas na desigualdade social, privatizadas e concentradas no enfrentamento do desemprego.
 - B) universais, redistributivas e concentradas no controle social.
 - C) privatizadas, focalizadas e descentralizadas administrativamente.
 - D) descentralizadas, redistributivas e restritas à previdência social.
- 40.** Ao analisar o surgimento das políticas sociais no cenário mundial, podemos afirmar que:
- A) foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado.
 - B) ocorreu a partir da luta da classe entre trabalhadores e capitalistas para defender seus interesses no âmbito do Estado, e da necessidade do livre mercado para garantir o bem-estar coletivo.
 - C) surgiu a partir da percepção das desigualdades sociais inerentes à transição do feudalismo ao capitalismo, da pressão dos pequenos produtores em busca de apoio estatal e do desenvolvimento da indústria manufatureira.
 - D) potencializou a conquista de direitos sociais pelos trabalhadores através de subsídios governamentais para ingresso no mercado de trabalho, favorecendo o diálogo entre capital e trabalho.
- 41.** Com base na Lei 8.213/91, artigo 77, a pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada da seguinte forma:
- A) 60% do cônjuge e 40% dos filhos e/ou equiparados.
 - B) entre todos, em parte iguais.
 - C) 40% do cônjuge e 60% dos filhos e/ou equiparados.
 - D) entre todos, em partes iguais, desde que o cônjuge seja casado/a civilmente e tenha filhos em comum.
- 42.** O auxílio-reclusão é um benefício devido aos dependentes de segurado de baixa renda, recolhido à prisão em regime:
- A) fechado, e que tenha doze contribuições mensais ao RGPS.
 - B) fechado ou semiaberto, independente de tempo de contribuição.
 - C) fechado, e que tenha vinte e quatro meses de contribuições mensais ao RGPS.
 - D) fechado ou semiaberto, com no mínimo nove meses de contribuições ao RGPS.
- 43.** A Lei 8.742/93 dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Uma das diretrizes da organização da assistência social, conforme disposto no artigo 5º da referida Lei, é a:
- A) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
 - B) universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
 - C) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - D) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- 44.** A seção II da Lei orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre os benefícios eventuais, que são "provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias, em virtude":
- A) da necessidade de garantir acesso à renda para atendimento das necessidades básicas.
 - B) da velhice e eventual incapacidade para o trabalho decorrente de acidentes de qualquer natureza.
 - C) de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
 - D) de nascimento, velhice, desemprego, vulnerabilidades permanentes e morte.
- 45.** De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, não é considerado um serviço de média complexidade:
- A) plantão social.
 - B) cuidado em domicílio.
 - C) serviço de orientação e apoio sociofamiliar.
 - D) família acolhedora.

46. Com relação ao Controle Social Sistema Único de Assistência Social, é correto afirmar que:
- A) as conferências de assistência social poderão ser convocadas extraordinariamente de acordo com a necessidade, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.
 - B) a convocação das conferências de assistência social pelos conselhos de assistência social se dará ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.
 - C) as conferências de assistência social são instâncias que têm atribuições de fiscalização, monitoramento e gestão das políticas sociais e a definição de diretrizes para o aprimoramento da seguridade social.
 - D) as conferências de assistência social devem zelar pela aplicação dos recursos e controle das políticas sociais, garantindo a participação popular na esfera pública.
47. Para requerer o Benefício da Prestação Continuada, a pessoa idosa deve possuir:
- A) 60 anos de idade e renda familiar de até 1/4 do salário mínimo.
 - B) 70 anos de idade e renda per capita familiar de até meio salário mínimo.
 - C) 65 anos de idade e renda per capita familiar inferior 1/4 do salário mínimo.
 - D) 68 anos de idade e renda de até meio salário mínimo.
48. Com base no artigo 31 da Lei Orgânica da Assistência Social, deve zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei o/a:
- A) poder judiciário.
 - B) conselho de assistência social.
 - C) defensoria pública.
 - D) ministério público.
49. De acordo com a Lei 8.742/90, compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:
- A) normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
 - B) propor os critérios de transferência dos recursos de que trata essa lei.
 - C) prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social.
 - D) elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social.
50. A descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, conforme prevista na Lei 8.080/90, diz respeito à:
- A) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e organização dos serviços públicos, de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
 - B) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
 - C) descentralização da política de saúde para estados e municípios e universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
 - D) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde e capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.
51. São princípios do Sistema Único de Saúde, EXCETO:
- A) direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.
 - B) participação da comunidade.
 - C) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços socioassistenciais.
 - D) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
52. A Lei 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. De acordo com a referida Lei, são instâncias colegiadas do SUS, em cada esfera de governo, o:
- A) conselho de políticas sociais e a conferência nacional de saúde.
 - B) conselho de saúde e o controle social de saúde.
 - C) conselho de seguridade social e a conferência de saúde.
 - D) conselho de saúde e a conferência de saúde.
53. Com base no artigo 16 da Lei 8.080/90, compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde:
- A) promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde.
 - B) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.
 - C) acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do sistema único de saúde (SUS).
 - D) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.
54. O artigo 10 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.721/2013) afirma que “é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. Com base nesse artigo, não compreende direito à liberdade:
- A) educação continuada.
 - B) prática de esportes e de diversões.
 - C) opinião e expressão.
 - D) crença e culto religioso.

- 55.** Com relação às medidas específicas de proteção ao idoso, dispostas no capítulo II do Estatuto do Idoso, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
- A) internamento compulsório em instituições de longa permanência, aos idosos vítimas de negligência e maus tratos.
 - B) encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade.
 - C) medida protetiva, afastando do convívio do idoso o/a agressor/a.
 - D) inclusão em programas de reabilitação aos idosos usuários de álcool e outras drogas.
- 56.** Com base na Lei nº 13.146/2015, é incorreto afirmar que:
- A) é assegurada a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas.
 - B) o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
 - C) há disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - D) a definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida cautelar e compulsória, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.
- 57.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), em seu artigo 90, afirma que constitui crime com pena de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa:
- A) apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência.
 - B) praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.
 - C) abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres.
 - D) reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios e proventos.
- 58.** O artigo 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que “a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada”:
- A) ao conselho tutelar.
 - B) à defensoria pública.
 - C) ao ministério público.
 - D) à justiça da infância e da juventude.
- 59.** De acordo com o artigo 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:
- A) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município.
 - B) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 24 anos e residir no município.
 - C) idoneidade moral, idade superior a 18 anos e residir na comunidade.
 - D) ter idade de, no mínimo, 18 anos ou ser emancipado, residir no município e ter reconhecida idoneidade moral.
- 60.** De acordo com o artigo 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante todas as opções abaixo, EXCETO:
- A) tutela.
 - B) guarda.
 - C) curatela.
 - D) adoção.